

As territorialidades midiáticas e a des-re-territorialização do Movimento dos Povos Indígenas na Amazônia Brasileira¹

Vilso Junior SANTI²

Bryan Chrystian ARAÚJO³

Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, RR

RESUMO

Este artigo pretende pensar o Território Midiático como agente desterritorializante e reterritorializante do Movimento dos Povos Indígenas da Amazônia Brasileira. Para tanto, abordamos a relação entre território e comunicação (Raffestin, 1993; Zanetti, 2017) e enfatizamos as afinidades entre midiaticização e “bios midiático” (Sodré, 2002; Santi, 2016). O estudo pauta-se ainda na cartografia (Aguiar, 2011) das organizações indígenas dos estados da Amazônia Legal (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e dos dispositivos etnomidiáticos utilizados por estas entidades. Objetiva-se, com isso, identificar o cenário de virtualização e conformação das territorialidades (agora midiáticas) promovidas pelas organizações indígenas amazônicas.

PALAVRAS-CHAVE: Territorialidades; Desterritorialização; Midiaticização; Etnomídia Indígena; Bios Midiático.

Introdução

É dado como certo que as tecnologias digitais mudaram a forma como as pessoas se relacionam com o mundo e uma com as outras. Mudou também a forma como experienciamos o território – ele se desloca, se confunde. O que antes era físico, presencial, tornar-se virtual, digital. Com isso, a forma como nos apropriamos dos espaços e expressamos nossas territorialidades transforma-se.

Nesse cenário, valendo-se da midiaticização como conceito-chave, esta investigação, pensa o Território Midiático como agente des-re-territorializante do Movimento dos Povos Indígenas da Amazônia Brasileira.

¹ Trabalho apresentado ao GP Geografias da Comunicação, DT 7 Comunicação, Espaço e Cidadania, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professor-Pesquisador do Curso de Comunicação Social – Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima (UFRR). E-mail: vjrsanti@gmail.com.

³ Jornalista graduado pelo Curso de Comunicação Social – Jornalismo e Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima (UFRR). E-mail: bryancca@hotmail.com.

Para tanto, realizamos, neste estudo, uma aproximação entre as definições de Território, Territorialidade e Comunicação. Ponderamos ainda acerca dos conceitos de desterritorialização e reterritorialização e enfatizamos as afinidades entre os conceitos de midiaticização e bios midiático. Tais concepções nos permitem expor a multidimensionalidade dos processos de constituição e configuração dos territórios em sua relação com as dinâmicas sociais e comunicacionais.

O estudo pauta-se na realização de uma cartografia das organizações indígenas da Amazônia Brasileira (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e das práticas etnomidiáticas mobilizadas por estas entidades. A cartografia aqui utilizada procura não somente mapear tais manifestações comunicacionais, mas compreender as dinâmicas de apropriação e usos das tecnologias da informação, assim os movimentos de desterritorialização de territórios concretos e sua reterritorialização em territórios midiáticos.

Território e territorialidade

Procuramos, nesta seção, traçar um percurso teórico-conceitual a fim de compreender conceitos de Território, Territorialidade, Desterritorialização e Reterritorialização. O entendimento destas premissas é fundamental para a realização deste estudo. Nesse quadro, devido a diversidade de enfoques existentes sobre a temática, este artigo concentra-se na perspectiva relacional, por entender que esta vincula-se melhor com o processo de apropriação dos territórios realizado no espaço midiático.

A perspectiva relacional do território tem como um dos principais autores Claude Raffestin (1993). O autor foi um dos pioneiros e principais teóricos do campo da Geografia Humana. O território, conforme Raffestin (1993), é resultado de uma ação de poder (econômica, política e cultural) expressa em um determinado espaço. Na concepção de Raffestin (1993), o espaço é matéria prima para o território. É algo natural, já dado.

A definição de poder apontada por Raffestin (1993), conforme Haesbaert (2004), empresta sua materialidade teórica, pelo menos em parte, da conceituação de poder simbólico de Bourdieu (1989) ao estabelecer uma relação, direta e indireta, entre um poder no sentido material, relacionado a apropriação econômica, e outro no sentido simbólico (social, cultural).

Nesse quadro, Raffestin (1993) ressalta que uma concepção de território que ignore a dimensão simbólica (ideal) está destinada a compreender apenas uma parte dos difíceis meandros entre espaço e poder. Todavia, ele faz uma ressalva e destaca que, ainda que seja completamente incorreto desassociar as duas esferas (material e simbólica), cada grupo ou indivíduo vai territorializar-se através de processos próprios que podem considerar mais o caráter concreto (econômico-político) ou mais o simbólico/imaterial (cultural-social) na relação que desenvolvem com o espaço, sempre dependendo das dinâmicas de poder que está em jogo (HAESBAERT, 2004).

De forma similar às proposições de Raffestin (1993), Robert Sack (1986) também aborda o território com base nas relações de poder, privilegiando, em suas análises o conceito de territorialidade. Conforme ele (1986), a territorialidade diz respeito ao controle sobre determinado espaço que deve ser concedido e comunicado. O autor (1986) complementa e aponta que a territorialidade funciona como uma estratégia para controlar recursos e/ou influenciar pessoas.

Ainda sob uma perspectiva relacional, Milton Santos (1999), um dos autores mais influentes do campo, trabalha com a concepção de território utilizado, enfatizando o uso num sentido de área de vivência, experiência e reprodução sociocultural. Segundo o autor, território é o lugar no qual onde o homem constitui relações e manifesta sua cultura e representações do social. Como afirma Santos (1999, p. 08): “[...] O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida”.

Nas palavras de Milton Santos (1999), territorialidade diz respeito a relação que mantemos com determinado espaço, não somente o fato de vivermos nele. Ele argumenta ainda que o território ultrapassa a ideia de espaço físico, sendo também um dado de valor simbólico.

Raffestin (1993), ao debater o conceito de territorialidade, pontua que ela deve ser inerente a todos os âmbitos da cotidianidade. Para ele, ela é entendida como uma prática multidimensional. Neste quadro, o autor aponta que territorialidade diz respeito ao conjunto de relações manifestadas num sistema tridimensional de sociedade-espaço-tempo quando espacializadas no território. Esse processo de territorialidade, conforme o autor, depende do auxílio de mediadores e de instrumentos que possam expressar, comunicar e atestar a existência de relações de poder.

Dois autores com importantes contribuições para o debate sobre território, são os filósofos franceses Guile Deleuze e Félix Guatarri (1997). Eles vêm pensar os conceitos de desterritorialização e reterritorialização. Para eles, a desterritorialização deve ser compreendida enquanto um processo, na medida que envolve a desconstrução e criação concomitantes de territórios. Desse modo, eles afirmam que falar sobre desterritorialização implica sempre pensar em uma reterritorialização.

A reterritorialização não significa, no entanto, um retorno a territorialidade antiga, mais tardia ou primitiva. A desterritorialização, conforme eles, vai sempre originar uma territorialidade nova, uma territorialidade outra.

Deleuze e Parnet (1998) explicam esse processo ao falar sobre a passagem da desterritorialização da pata dianteira do humanoide enquanto ferramenta locomotora para sua reterritorialização enquanto mão prensável, capaz de agarrar outros tantos elementos emprestados da natureza, chamados pelo homem de utensílios. Da mesma forma, o próprio utensílio chamado “vara” trata-se, pois, de um galho desterritorializado.

É importante ressaltar que o processo de desterritorialização pode referir-se a esfera econômica (uso dos territórios), política (Estado-nações) ou cultural (simbólica, identitária) dos territórios materiais ou imateriais. Nesse sentido, uma desterritorialização poderia envolver tanto o processo de (re)organização de uma cultura em torno de novos referentes sócio-espaciais, quanto a efetiva migração de um povo de uma área física para outra. Ou, como no caso desta pesquisa, a desterritorialização de espaços físicos e a reterritorialização em territórios midiáticos através dos dispositivos digitais.

Com base nisso, Haesbaert (2004), explica que a des-re-teritorlização pode ser entendida como as múltiplas formas de apropriação/desapropriação concreta e/ou simbólica dos territórios, que interagem com os elementos econômicos, culturais, sociais e ecológicos de nossas cotidianidades.

Já os conceitos de território e territorialidade aqui debatidos, trabalham um entendimento de território vinculado a definição de espaço apropriado e delimitado a partir de uma relação social de poder e uso. Ou seja, além de ser estruturado de forma concreta, vinculado a ideia de posse jurídica da terra, por exemplo, o território pode ainda ser compreendido a partir das apropriações simbólicas, relacionada a ideia de pertencimento. O território é, assim, todo espaço ocupado por uma relação de poder. A territorialidade, com base nisso, diz respeito as relações que mantemos com o território, o que dele fazemos e a identidade que impingimos a ele.

Território, comunicação e midiatização

Posto alguns conceitos que nos aproximam das referências sobre território, territorialidade, desterritorialização e reterritorialização, cabe ponderar acerca das possíveis relações entre estas definições e a ideia de comunicação e midiatização.

Para Raffestin (1993, p. 203), por exemplo, “[...] um dos trunfos do poder na contemporaneidade é informacional, e a informática é um dos meios”. Em outras palavras, para o autor (1993), o território diz respeito a uma forma de reorganização do espaço na qual a ordem está em busca dos sistemas de informação que dispõe o homem enquanto pertencente a uma cultura. Neste quadro, Raffestin (1993) afirma que o território pode ser considerado um espaço informado pelos sistemas de signos de uma sociedade. O autor (1993), com base nisso, explica que o acesso ou não à informação determina o processo territorialização, pois, em nossos dias, é a comunicação que comanda a apropriação dos territórios e não o contrário.

Na perspectiva de De Assis e Carniello (2011), a percepção e o uso que fazemos do espaço e a forma como interagimos com ele é moldado pela comunicação. Conforme os autores, nas sociedades marcadas pela forte presença da mídia, a interação com o território passa a ser também de forma indireta, na medida em que este contato com os diversos lugares e espaços geográficos passa a acontecer através das representações imagéticas/midiáticas. De Assis e Carniello (2011) argumentam então que a mídia opera na (re)construção de territorialidades reais ou simbólicas dentro de outros espaços.

Raffestin (1993) também oferece contribuições nesse sentido ao afirmar que as representações espaciais são instrumentos/estratégias de poder que atuam na conformação de territórios nas sociedades. Como relação de poder, as representações territoriais são altamente seletivas e excludentes. Estão, portanto, sujeitas a conflitos dos mais variados tipos. O autor explica então que somente alguns territórios podem ser de fato representativos das identidades que eles ajudam a construir ou reforçar (RAFFESTIN, 1993).

A relação entre território e comunicação pode ainda ser compreendida a partir do campo da Midiatização. Muniz Sodré (2002) e Vilso Santi (2016) são dois autores com relevantes reflexões nesse campo.

Para Sodré (2002), por exemplo, a midiaticização diz respeito a virtualização das relações sociais cotidianas. Ela representa, conforme ele, uma nova forma de vida, na qual os sujeitos caminham em direção ao “bios midiático”. O conceito, para o autor, diz respeito a disposição de “telerrealização” das práticas relacionais cotidianas e corresponde a um processo de desterritorialização de práticas antes executadas de forma presencial, no mundo concreto, e uma reterritorialização em um mundo virtual, em um (outro) território midiático.

Nesse sentido, o “bios midiático” representa, para Sodré (2002), esse território fora do campo concreto, onde os agentes sociais (sujeitos e instituições) passam a desenvolver relações de poder, antes espacializadas em territórios físicos e fora da virtualidade midiática. Midiaticização é, assim, apontada pelo autor (2002) como um processo de inscrição dos atores sociais e suas territorialidades nas lógicas processuais da comunicação midiática.

Como demonstrado na seção anterior, os conceitos de território e territorialidades estão relacionados às relações de poder presentes no interior das sociedades modernas e não necessariamente à conformação de um espaço físico em uma determinada área geográfica. Logo, a compreensão da mídia enquanto território tem relação primeiro a sua capacidade de funcionar como espaço mediador das relações sociais de poder (dominação e apropriação) entre diferentes agentes sociais. Assim, o midiático/midiaticizado pressupõe territórios que vão além do espaço físico e concreto.

Além disso, como apontado antes, o território não é o espaço, mas sim uma produção a partir dele. Lembremos ainda que para Raffestin (1993), uma representação do espaço já implica uma relação de poder com determinada área, assim como revela a imagem desejada de um território como local de relações. Entendemos, portanto, que os dispositivos midiáticos estabelecem territorialidades através das representações que empregam ou pela conformação de sentidos territoriais que promovem.

Por sua vez, Santi (2016), ao falar sobre Midiaticização, elenca três ordens distintas do processo. Tais ordens implicam na fase de inscrição das processualidades da mídia no interior do tecido social. Por entender que as outras ordens possuem menor vinculação com o desenvolvimento desta seção, nos atentamos aqui apenas ao estudo da terceira ordem, chamada pelo autor de “Sociedade Hipermediaticizada”.

É na terceira ordem que a relação entre comunicação e território se torna mais explícita, pois, segundo Santi (2016), esta fase é marcada pelo estabelecimento de uma

nova atmosfera social, um novo ecossistema, fora do qual não se é mais possível viver. Segundo o autor (2016), na “Sociedade Hipermediatizada”, a mídia não é mais responsável por definir o real, já que aqui ela se converte na própria realidade.

Nesse quadro, o campo da mídia pode ser compreendido como território, já que é neste ecossistema midiático onde todas as relações de poder se desenvolvem em um constante processo de mudanças, ausências e permanências. A comunicação midiática pode ser percebida assim, conforme a interpretação de Saquet (2009), enquanto o território dos territórios – apropriado e (re)ordenado por relações econômicas, políticas e culturais. Como resultado, a virtualização dos processos sociais fomenta assim a constituição do que aqui chamamos de Território Midiático.

Diante disso, afirmamos, assim como Zanetti (2017), que para compreender a perspectiva das territorialidades na comunicação, basta observar que estas se constituem como um campo marcado por duas dimensões que estão, de certa forma, relacionadas. A primeira dimensão entende a comunicação midiática enquanto ferramenta de poder, uma vez que possibilita a instituição de representações imagéticas que auxiliam na percepção dos sujeitos acerca do território que habitam ou que desejam habitar. Já a segunda, parte da percepção da mídia enquanto espaço, na medida que através dela desenvolvem-se as relações sociais de poder entre os sujeitos e instituições sociais.

Os territórios étnico-midiáticos na Amazônia brasileira

De antemão é importante elucidar que a cartografia, foco desta seção, não será aqui estudada em seu sentido etimológico de “carta escrita”, muito menos na sua vinculação com o campo das ciências geográficas (AGUIAR, 2011). Apesar de sua origem e da relação eminente a esse aspecto, a cartografia aqui estudada ultrapassa esse sentido. Ela será, portanto, utilizada como inspiração para um procedimento teórico-metodológico a fim de refletir e desenvolver a pesquisa e as propostas delimitadas nesta proposta de investigação (ROSÁRIO e AGUIAR, 2012).

Martín-Barbero (2004) e Rosário (2008) são dois dos autores do campo da comunicação com importantes reflexões nesse sentido, principalmente, no entendimento da cartografia como um caminho metodológico que visa construir um “mapa”, nunca acabado, que se define na medida que a pesquisa avança.

Na articulação entre comunicação e cartografia, Martín-Barbero (2004) afirma que um novo paradigma de investigação se consolida, o qual propõe mudar o território no qual se formulam as problemáticas, deslocando e/ou descentrando, com isso, a perspectiva que nos permite questionar o que há de social na comunicação. Já para Nísia Rosário (2008), a relação entre comunicação e cartografia pode considerar tanto as transformações no campo das paisagens sociais, quanto as trocas simbólicas desenvolvidas na multiplicidade de fluxos no âmbito comunicacional. A autora indica ainda que, como proposta metodológica, a cartografia pode ser aplicável à comunicação tendo em vista a sua capacidade de construir mapas que articulam todas as etapas da pesquisa.

Isto posto, neste trabalho, a cartografia dos territórios etnomidiáticos tem como base as organizações parceiras da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), fundada no dia 19 de abril de 1989. A COIAB é a maior organização indígena regional do Brasil e representa povos nativos presentes em todos os estados da Amazônia Brasileira, que corresponde a 61% do território nacional. Conforme a organização, nesse território, vivem ao menos 180 povos indígenas distintos, além de grupos considerados isolados.

A partir disso, procuramos mapear as práticas etnomidiáticas espacializadas na internet utilizadas por estas organizações. Nesse sentido, tentamos identificar se as entidades representativas dos povos indígenas possuem site institucional e perfil em redes sociais, como *Facebook*, *Twitter* e *Instagram*.

Ao todo, a COIAB é parceira de 14 organizações indígenas da Amazônia Legal. Desse total, é importante entender que nem todas as entidades indígenas estão organizadas conforme um padrão jurídico de representação estadual. O Acre, por exemplo, não possui uma organização indígena que represente todos os povos do Estado. De modo semelhante, o Amazonas possui três organizações que representam povos de diferentes regiões. Já o Amapá e Rondônia possuem organizações de caráter interestadual. Por outro lado, Maranhão, Mato Grosso, Roraima e Tocantins possuem organizações próprias e que abrangem todos os povos das respectivas unidades federativas. Já o Pará possui duas organizações, parceiras da COIAB, uma de caráter interestadual e outra que representa a maioria dos nativos da região.

Devido ao espaço limitado deste estudo, optamos por apresentar apenas as instituições que desenvolvem alguma das práticas etnomidiáticas mencionadas nos

parágrafos anteriores (*Site, Facebook, Instagram e/ou Twitter*). Nesse sentido, optamos por apresentar tais organizações em um quadro, indicando o nome da organização, o estado, e os produtos de mídia mobilizados por estas entidades.

Quadro – 1. Organizações indígenas e suas práticas etnomidiáticas

Nome	Sigla	Estado	Práticas
Federação dos Povos Huni Kuin do Acre	FEPHAC	AC	Site; Facebook; Instagram; Twitter
Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre	AMAAIAC	AC	Facebook e Instagram
Manxinerune Tsihi Pukte Hajene	MATPHA	AC	Facebook e Instagram
Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Amapá e Norte do Pará	APOIANP	AP PA	Facebook e Instagram
Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro	FOIRN	AM	Site; Facebook; Instagram; Twitter
Coordenação dos Povos Indígenas de Manaus e entorno	COPIME	AM	Facebook e Instagram
Federação dos Povos e Organizações Indígenas do Mato Grosso	FEPOIMT	MT	Facebook; Instagram; Twitter
Federação dos Povos Indígenas do Pará	FEPIPA	PA	Instagram; Twitter
Organização dos Povos Indígenas de Rondônia, Noroeste do Mato Grosso e Sul do Amazonas	OPIROMA	MT AM RO	Facebook
Conselho Indígena de Roraima	CIR	RR	Site; Facebook; Instagram; Twitter
Articulação dos Povos Indígenas do Tocantins	ArPIT	TO	Instagram

Fonte: Elaboração própria

Em uma primeira leitura do quadro, comparando com o número de organizações parceiras da COIAB, podemos perceber que das 14 instituições, ao menos 11 possuem algum tipo de dispositivo etnomidiático especializado na internet. Desse total, apenas três das entidades possuem sites, nove possuem perfil no *Facebook*, dez no *Instagram* e cinco no *Twitter*.

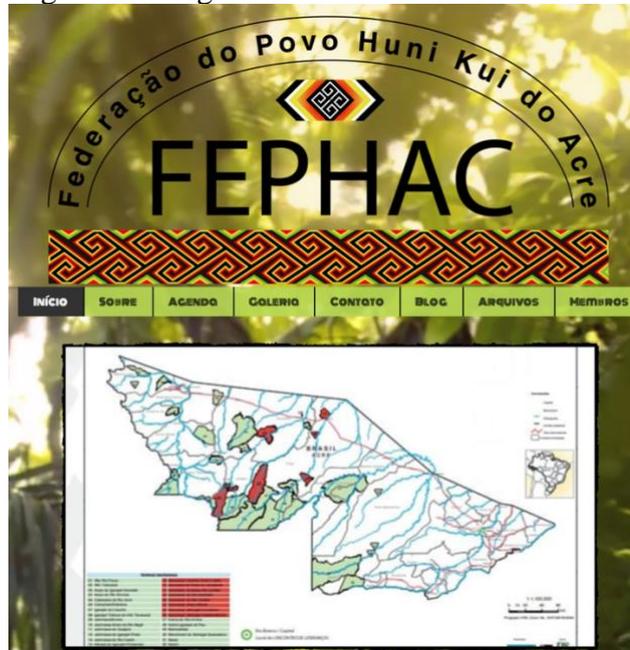
A existência dessas práticas de Etnomídia já é por si só, para Di Felice e Silva (2017), indicador de um processo de re-territorialização dos povos indígenas na

ambiência midiática. Segundo os autores (2017), o processo de apropriação das ferramentas digitais de comunicação e informação expande a concepção dos territórios indígenas para outros meios que transcendem o espaço físico. Este processo, conecta o Movimento Indígena, nesse caso suas organizações representativas, a outros povos e conjunturas socioculturais, estabelecendo um complexo ambiente que vincula a natureza espacial dos povos tradicionais a uma ambiência tecnomidiática.

Ademais, de acordo com Di Felice e Silva (2017), as dinâmicas de midiatização das organizações indígenas simbolizam uma nova circunstância comunicacional e territorial das populações nativas da Amazônia. As tecnologias midiáticas demonstram assim ser aliadas essenciais nos processos de re-apropriação dos territórios concretos, assim como na conformação de territorialidades midiáticas estabelecidas através destas espacialidades comunicacionais.

Por sua vez, em uma análise primeira destas práticas, em especial dos sites, é possível encontrar em cada uma delas representações dos territórios indígenas. A Página da FEPHAC, do Acre, por exemplo, possui uma galeria com fotografias do mapa do Território dos povos Huni Kuin.

Figura 01 - Página inicial do Portal da FEPHAC



Fonte: Reprodução Site da FEPHAC

O mesmo se repete em outras práticas, como no site da FOIRN, do Amazonas. A organização detalha em um dos menus a gestão territorial e ambiental realizada

nas Terras Indígenas que congrega. Além disso, com fotos e vídeos, a organização ilustra aspectos inerentes da cultura e do território dos povos da região, como na página “Rio Negro, Nosso Território”, onde a organização descreve a relação histórica, cultural e identitária dos povos indígenas com a região.

Figura 02 - Página Rio Negro, Nosso Território Nosso Rio Negro

Maior rio de águas pretas do mundo e principal afluente do Solimões, com quem se encontra em Manaus para formar o Amazonas, o Negro é um rio sagrado para nós povos indígenas. Suas águas misteriosas guardam histórias e mitos de criação.



Uma grande cobra canoa subiu as águas do rio Negro para criar a humanidade. Assim começa a história narrada pelos parentes da família Tukano oriental, que está documentada no filme “Pelas Águas do Rio de Leite”. Ao longo de mil quilômetros, nossos conhecedores de etnias Tukano, Tuyuka, Piratapuaia e outras percorreram cerca de 60 locais sagrados para registrar histórias sobre o princípio do mundo.

Fonte: Reprodução Site FOIRN

Já o CIR, de Roraima, possui entre suas representações territoriais, matérias noticiosas que detalham as ações de gestão territorial do Movimento Indígena, assim como a luta pela demarcação e homologação dos territórios, como no caso da matéria “Povos Indígenas da TI Pium resistem em seu território enquanto aguardam processo de demarcação”. O texto narra o processo, história e a relação de resistência dos indígenas da etnia Wapichana, Macuxi e Saporá na luta pelo direito ao território, como lugar de sobrevivência física e cultural.

Figura 03 – Matéria no Portal do CIR

**POVOS INDÍGENAS DA TI PIUM RESISTEM EM SEU TERRITÓRIO
ENQUANTO AGUARDAM PROCESSO DE DEMARCAÇÃO**

Fonte: Reprodução Site do CIR

Figura 04 – Matéria no Portal do CIR

Famílias indígenas dos povos Macuxi, Wapichana e Sapará que vivem na comunidade Pium denunciam invasões de seu território enquanto aguardam a inclusão de novas áreas na demarcação da Terra Indígena de mesmo nome, localizada na região Tabaio, município de Alto Alegre.

Fonte: Reprodução Site do CIR

Figura 05 – Matéria no Portal do CIR

As lideranças contam que área que os fazendeiros alegam que são proprietários, mas que aquela área sempre foi de uso tradicional dos povos indígenas da comunidade. Inclusive há antepassados sepultados no local e os moradores estão há pelo menos 30 anos fazendo o usufruto do espaço para atividades de subsistência como plantio, pesca e caça.

Fonte: Reprodução Site do CIR

Acerca destas representações, lembremos o que discorrem Raffestin (1993), De Assis e Carniello (2011) e Zanetti (2017) ao afirmar que a representação do território é também uma forma de apropriação, pois ao representar tais espaços, os sujeitos revelam a relação estabelecida com aquele ambiente, seja esta uma relação de posse econômica ou mesmo uma relação afetiva. Zanetti (2017) explica que isso ocorre devido ao fato de que as narrativas territoriais expressas nestes produtos etnomidiáticos envolvem, acima de tudo, vivências e cosmologias dos sujeitos para com estes espaços. Representa, deste modo, um dado simbólico, que se estende para além do objeto físico.

Como resultado, as práticas de etnomídia indígena têm sido mais do que ferramenta de comunicação voltadas aos povos tradicionais. Elas representam, neste quadro, também um vetor crucial na construção das territorialidades midiáticas e na representação dos territórios concretos. Isto posto, as ferramentas de etnomídia trabalham não somente na efetivação e (re)construção simbólica das territorialidades nativas, como também moldam a percepção que o indivíduo indígena possui do território que habita.

Considerações Finais

A breve cartografia apresentada aqui possibilitou identificar o cenário de virtualização e conformação das territorialidades midiáticas promovidas pelo Movimento dos Povos Indígenas dos estados da Amazônia Brasileira, representado nesta investigação pelas organizações indígenas parcerias da COIAB.

Nota-se que há um interesse crescente destas organizações pelas práticas midiáticas e de etnomídia. Tal ação é representativa de um processo de midiaticização e consequentemente de expansão territorial que transcende o espaço físico e conecta os povos tradicionais a outras formas de vivenciar as relações cotidianas.

Essa desterritorialização dos espaços físicos e reterritorialização dos espaços virtuais/midiáticos tem como resultado a formatação de um complexo ecossistema, chamado aqui de Território Etno Midiático, que relaciona as vivências socioculturais dos povos originários ao espaço da comunicação midiática.

Nessa situação, os territórios midiáticos podem refletir os sentidos e referências simbólicas da cotidianidade de diferentes sujeitos, funcionando como espelho criador de múltiplas imagens reveladoras do processo de representação que incide diretamente na forma como tais indivíduos se apropriam e enxergam o próprio território (DI FELICE e SILVA, 2017).

Ressaltamos que esta é uma pesquisa em fase inicial e tem como base análises primeiras acerca dos processos de midiaticização nas organizações indígenas a partir da apropriação realizadas por estas dos dispositivos de comunicação midiática. Nesse sentido, a fim de observar com mais atenção às problemáticas territoriais decorrentes da constituição dessas novas Territorialidades Midiáticas, novas investigações são necessárias.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, L. M. **Processualidades da Cartografia nos usos teórico metodológicos de pesquisas em comunicação social**. São Leopoldo, RS. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2011. 150 p.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Bertrand Brasil; Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1989.

DE ASSIS, F.; CARNIELLO, F. **Geografias da comunicação**: Espaços reflexivos no território latino-americano. Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación, n. 12, 2011.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrênia. Vol. 5. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

DELEUZE, G.; PARNET, C. **Diálogos**. Tradução de: RIBEIRO, EA São Paulo: Escuta, 1998.

DI FELICE, M.; PEREIRA, E. **Redes e ecologias comunicativas indígenas**: as contribuições dos povos originários à teoria da comunicação. Paulus, 2017.

HAESBAERT, R. **O Mito da Dessertorialização**: Do Fim dos Territórios à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2004.

MARTÍN-BARBERO, J. **Ofício de cartógrafo** – travessias latino-americanas da comunicação na cultura. São Paulo: Ed. Loyola, 2004.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ed. Ática, 1993. (Série Temas).

ROSÁRIO, N. M. **Mitos e cartografias**: novos olhares metodológicos na comunicação. In: A. E. MALDONADO; J. A. BONIN; N. M. ROSÁRIO (orgs.). *Perspectivas metodológicas em comunicação: desafios na prática investigativa*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.

ROSÁRIO, N. M.; AGUIAR, L. **A cartografia como um processo teórico-metodológico multifacetado para estudos da cibercultura**. In: VI Simpósio Nacional da Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura (ABCiber), 2012, Novo Hamburgo. *Anais do VI Simpósio Nacional da ABCiber*. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2012. v. 1. p. 1-15.

SACK, R. **Human Territoriality**: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press. 1986.

SANTI, Vilso. **Mediação e Mdiatização**: Conexões e desconexões na análise comunicacional. 1 ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, v. 5, 1999.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Abordagens e concepções de território e territorialidade**. Revista Geográfica de América Central, v. 2, n. 47E, 2009

SODRÉ, Muniz. **O ethos midiaticizado**. In: *Antropológica do Espelho. Por uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

ZANETTI, D. **Territorialidades no campo do audiovisual**. Zanetti, D. & Reis, R.(orgs.). *Comunicação e territorialidades: poder e cultura, redes e mídias*, p. 35-47, 2017.